

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

SEGUE A BATALHA PELA REDUÇÃO DA JORNADA



Foto: Sofia Rodrigues @sofiasrdg_

O debate sobre o fim da escala 6x1 tomou as ruas do país e, para além de impulsionar manifestações e greves, colocou aos trabalhadores a possibilidade concreta de avanço na pauta histórica de redução da jornada. Os recuos operados pela tática parlamentar, hegemônica entre o social-liberalismo, o transformaram em uma meia vitória. Ainda podendo ser retalhada no Congresso, a conquista poderia ser mais avançada do que a aplicação da escala 5x2 na jornada de 40h com um período de transição.

A tática da luta de massas já fez desse debate o mais central no país no último ano e meio. O avanço das posições proletárias na luta de classes no país se dará com a organização dos próprios trabalhadores, mantendo a crítica a negociação “entre pares” que abriu margem para o abandono da pressão de massas pela escala 4x3 na jornada de 30h semanais. **pág 5**

POR QUE OS COMUNISTAS DEVEM LEVANTAR A BANDEIRA LGBTI+?

Ao mesmo tempo em que empresas transformam a pauta LGBTI+ em estratégia de mercado, esvaziando seu caráter político e de classe, setores conservadores da burguesia alimentam um discurso moralista que intensifica a perseguição e a violência contra essa população. Nesse cenário, torna-se fundamental reafirmar que a luta LGBTI+ é também uma luta da classe trabalhadora contra a exploração, a opressão e o avanço do conservadorismo. **pág 3**



Foto: Marcos Bruno Firmino @marcos.the.black

GREVES NA EDUCAÇÃO ESCANCARAM AUSTERIDADE COMO PROJETO ESTRUTURAL DE PRECARIZAÇÃO

O avanço de greves, sobretudo na educação, denuncia os projetos de precarização e privatização que avançam em todos os níveis de ensino. Seja em Belo Horizonte, com a greve dos trabalhadores da educação, ou no Estado de São Paulo, entre professores na capital e estudantes universitários por todo o Estado, é demonstrada a disposição de luta da classe que leva dezenas de milhares às ruas. A

resposta dos operadores da ordem burguesa é a mesma: ignorar as pautas, até o limite do possível, e reprimir seus movimentos antes que se tornem movimentos de massa. Por outro lado, a capacidade da classe trabalhadora de construir lutas unificadas de combate à austeridade e precarização dos serviços públicos segue sendo essencial para o avanço de todas as nossas pautas. **pág 6 e 7**

TERCERIZAÇÃO JÁ ATINGE MAIS DE 12 MILHÕES

Instrumento de redução do custo da força de trabalho agora alcança setores centrais da economia. **pág 2**

IMPACTOS DA GUERRA IMPERIALISTA

Equanto muitos enfrentam inflação, risco de escassez e a morte, alguns poucos ampliam seus ganhos. **pág 4**

LUTA POLÍTICA CONTRA O GOVERNO PAZ

Operários, camponeses e indígenas unificam luta política na Bolívia. **pág 10**

ESTADOS UNIDOS AMEAÇA CUBA

Movimentação envolve desde a presença de um porta-aviões até a acusação contra Raúl Castro. **pág 12**

Editorial

O futuro dos trabalhadores é construído nas lutas

O mês do trabalhador foi rasgado por mobilizações contra os avanços dos interesses do capital sobre a classe trabalhadora. A luta pelo fim da escala 6x1 é atacada por duas frentes: de um lado, pelas absurdas propostas da direita e sua Emenda apresentada à PEC da redução da jornada, visando prorrogar em décadas o fim da escala 6x1 e criando mecanismos para boicotá-la; por outro lado, os chamados setores progressistas, ligados ao PT, mantém a luta a frio, escanteando a proposta de redução para 30h semanais e transformando uma conquista que foi resultado de anos de luta dos trabalhadores nas ruas em uma pauta própria, a servir como trampolim eleitoral.

Vimos o avanço de greves, sobretudo na educação, conduzida por estudantes, e trabalhadores da educação em geral, denunciando os projetos de precarização e privatização que avançam em todos os níveis de ensino. Em Belo Horizonte, a greve dos trabalhadores da educação prossegue, contra cortes de recursos e precarização; a resposta do prefeito, por enquanto, foi o silêncio. Essa foi a mesma resposta de Ricardo Nunes aos professores na capital paulista, onde uma greve de quase um mês foi desbaratada após um acordo rebaixado entre a prefeitura e o sindicato.

Um silêncio mesclado à repressão foi a resposta de Tarcísio de Freitas (Republicanos) aos estudantes das universidades estaduais de São Paulo, que compondo uma greve unificada que não se via há tempos, têm levado dezenas de milhares às ruas denunciando que as três das universidades mais ricas do país não têm dinheiro para dar às mínimas condições para seus estudantes, que comem larvas e habitam moradias mofadas enquanto produzem as patentes que enriquecem os cofres das universidades.

Enquanto as manifestações dos estudantes têm sido recebidas com a ameaça da repressão policial, as históricas paradas LGBT no mês do orgulho estão sendo atacadas por PLs contrários à organização do movimento. Aqui, temos também um duplo ataque: a cooptação do movimento LGBTI+ por empresas e o apagamento do caráter de classe dessa luta. Do outro lado, os ataques diretos dos setores mais reacionários da burguesia, com tentativas de criminalização sobre o movimento e um discurso moral que tem, inclusive, afetado mesmo o interesse de setores liberais do capitalismo sobre a pauta.

No cenário internacional, conflitos aparentemente distantes impactam cada vez mais os trabalhadores. Prossegue incessante o genocídio israelense contra a Palestina, com ataques aos brasileiros presentes na Floresta Global Sumud; mesmo com esse incidente, a ação do governo brasileiro tem tímidas, sem sinais de ruptura comerciais ou diplomáticas com o Estado de Israel. O preço pago pelos trabalhadores em produtos básicos para sobrevivência, como comida e combustível, são afetados pela continuidade do ataque imperialista dos Estados Unidos ao Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz. Na América Latina, são intensificadas ameaças de agressão militar contra Cuba e o discurso de guerra às drogas busca justificar a ingerência estadunidense, por variados meios, também em países como Bolívia e Brasil. Nestes dois últimos, é destacado o objetivo de controle dos EUA sobre recursos estratégicos em nosso continente, como o lítio e as terras raras.

Do preço do combustível aos conflitos internacionais, das águas do Oriente Médio às ruas de Belo Horizonte, o que vemos é contradição entre os desejos de lucro da burguesia e as condições de vida dos trabalhadores, que sofrem dia após dia as consequências práticas do ataque aos seus direitos. Na conjuntura imediata, o fortalecimento e a unificação das mobilizações pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho aparecem como fundamentais. A redução da jornada de trabalho é uma pauta histórica do movimento operário, que escancara as contradições entre as classes e unifica a mobilização dos trabalhadores no sentido da luta pelos seus direitos.

Sindical

Terceirização avança e já atinge mais de 12 milhões de trabalhadores no Brasil

Estimativas baseadas em estudo do DIEESE indicam que a parcela de trabalhadores brasileiros contratados sob algum tipo de vínculo terceirizado representa aproximadamente um quarto do emprego formal no país.

Por João Oliveira

A terceirização do trabalho tornou-se um dos principais mecanismos de reorganização da força de trabalho brasileira nos últimos anos. Estimativas baseadas em estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) indicam que cerca de 12 milhões de trabalhadores brasileiros atuam hoje sob algum tipo de vínculo terceirizado, representando aproximadamente um quarto do emprego formal no país.

O fenômeno deixou de estar restrito a atividades de apoio, como limpeza e vigilância, e passou a alcançar setores centrais da economia brasileira, como indústria, educação, saúde, logística, bancos, serviços públicos e plataformas digitais.

Essa transformação expressa uma alteração nas relações de trabalho no capitalismo brasileiro, marcada pela fragmentação das categorias profissionais e pela redução do poder coletivo das trabalhadoras e dos trabalhadores.

A ampliação acelerada do modelo ocorreu após mudanças legislativas aprovadas em 2017, durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB). A chamada Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista autorizaram a contratação terceirizada inclusive nas atividades-fim das empresas, permitindo que trabalhadoras e trabalhadores exerçam funções essenciais sem um vínculo direto com a empresa para a qual efetivamente produzem.

Na prática, isso significa que dois trabalhadores podem realizar a mesma função no mesmo local, mas com salários, direitos e estabilidade distintos.

Estudos do DIEESE apontam que as trabalhadoras e os trabalhadores terceirizados, em média, recebem salários menores que os contratados diretos, enfrentam uma maior rotatividade, possuem jornadas mais extensas e estão mais expostos a acidentes de trabalho.

A terceirização passa, assim, a operar como um instrumento permanente de redução do custo da força de trabalho, além de produzir um efeito político profundo: a fragmentação da organização coletiva da classe trabalhadora.

Ao separar trabalhadores de um mesmo processo produtivo em diferentes empresas contratadas, o modelo dificulta a sindicalização unificada, enfraquece negociações coletivas e amplia a concorrência interna entre trabalhadores.

Essa dinâmica se soma ao crescimento da informalidade - que hoje atinge mais de 38 milhões de trabalhadoras e trabalhadores - e do trabalho por aplicativos, compondo um cenário de crescente precarização das relações de trabalho no país.

Diante desse quadro, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) tem defendido publicamente o fim da terceirização do trabalho como medida central para a recomposição dos direitos trabalhistas e da organização da classe trabalhadora brasileira.

Segundo o partido, a terceirização constitui uma forma moderna de superexploração que permite às empresas manter o controle produtivo sem assumir as responsabilidades trabalhistas diretas.

A proposta defendida inclui a extinção progressiva da terceirização nas atividades permanentes, a incorporação dos trabalhadores terceirizados às empresas tomadoras do serviço, a equiparação salarial e de direitos entre todos os trabalhadores de um mesmo ramo de atividade e a garantia de representação sindical unificada por categoria econômica.

O debate sobre a terceirização ultrapassa o campo jurídico e revela uma disputa estratégica sobre o modelo de desenvolvimento nacional e o futuro das relações de trabalho.

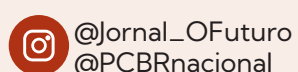
De um lado, setores empresariais defendem a flexibilização como instrumento de competitividade econômica. De outro, sindicatos e demais organizações políticas da classe trabalhadora apontam que a terceirização irrestrita aprofunda desigualdades, reduz direitos históricos e enfraquece a capacidade de organização coletiva das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Com mais de 12 milhões de brasileiras e brasileiros inseridos nesse regime, a discussão sobre a terceirização tende a ocupar um lugar central nas lutas sociais dos próximos anos.

CONTRIBUA PARA A SEDE NACIONAL DO PCBR EM SP

Ajude-nos a construir um ponto de referência para a luta de classes em São Paulo e fortaleça a luta revolucionária no Brasil!

PIX: SEDE.PCBR@GMAIL.COM



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Cultura e Movimentos Sociais

Por que os comunistas devem levantar a bandeira LGBTI+?

Num cenário de violência, precarização e ausência de dados, a bandeira LGBTI+ deve ser firmemente levantada por todos os comunistas do mundo!

Por Stella e Lizandra

A realidade da população LGBTI+ trabalhadora no Brasil de 2026 permanece marcada por uma contradição fundamental: enquanto o capitalismo aprofunda a mercantilização das identidades por meio do chamado pinkwashing, os índices de violência e precarização aos quais essa população está submetida continuam evidenciando como o modo de produção capitalista se apropria da força de trabalho ao mesmo tempo em que se beneficia das violências nos campos da sexualidade e do gênero para garantir sua continuidade e reprodução.

Contudo, um dos principais problemas para compreender a realidade da população LGBTI+ no Brasil é justamente a ausência de dados institucionais sistemáticos e contínuos produzidos pelo Estado. A falta de levantamentos oficiais sobre orientação sexual e identidade de gênero gera um cenário de invisibilidade estatística que relega às organizações da sociedade civil esse trabalho, não desvela o real motivo do cenário de violência e precarização e aprofunda dados incertos como metodologicamente corretos. O trabalho de coleta e sistematização de dados, essencial para uma melhor compreensão do cenário, não recebe a mesma metodologia que outros elementos de produção de índices e estatísticas nacionais, aumentando ainda mais o cenário de invisibilização e próprio comprometimento das instituições com o combate às opressões.

Historicamente, o Brasil produziu poucos dados oficiais sobre pessoas LGBTI+. O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somente realizou, em 2019, a primeira coleta nacional envolvendo orientação sexual na Pesquisa Nacional de Saúde. Ainda assim, o levantamento contemplou apenas pessoas lésbicas, gays e bissexuais, sem incluir identidade de gênero, além de reconhecer possível subnotificação devido ao medo de autodeclaração em um contexto marcado pela LGBTfobia. Quando, por exemplo, afirmamos que a média da expectativa de vida da população trans no Brasil é de 35 anos, com o intuito de denunciar os índices por morte violenta e suicídio, estamos trabalhando com um dado que não corresponde a uma estimativa demográfica oficial produzida com metodologia estatística consolidada. Continuaremos com as denúncias dos ataques brutais à população trans e travesti, bem como a cobrança para que a pauta seja plenamente incorporada por sindicatos, entidades e organizações civis, mas a fragilidades dos dados é um ponto de partida crucial para entendermos a realidade material da luta por melhores condições de vida para a população LGBTI+.



Manifestação na capital do Rio de Janeiro. Foto: O Futuro

No campo do trabalho, a invisibilidade estatística também é profunda. Pesquisas recentes apontam que a maioria dos dados sobre empregabilidade da população LGBTI+ ainda provém de entidades civis e plataformas privadas, já que instituições oficiais não coletam regularmente informações sobre identidade de gênero e orientação sexual no mercado de trabalho. Em um cenário onde os sindicatos brasileiros não incorporam a pauta LGBTI+ como parte fundamental da luta econômica, a ausência estatística é apenas um reforço à manutenção das desigualdades enfrentadas pela população LGBTI+. Essa falta de dados institucionais produzidos com critérios técnicos bem definidos e metodologias avançadas é apenas uma expressão da marginalização histórica da população LGBTI+. Se o Estado burguês não é capaz sequer de sistematizar em dados a violência, o desemprego, a renda, a evasão escolar e a mortalidade dessa população, quais respostas, então, ele estará disposto a dar?

No mês do orgulho LGBTI+, devemos nos lembrar que o histórico das lutas pela libertação sexual e de gênero jamais foram um apêndice da luta política, mas sim parte integrante da estratégia socialista, demandando explicações reais sobre as opressões e suas raízes materiais. Sob o modo de produção capitalista, a família nuclear burguesa consolidou-se historicamente como ferramenta de manutenção da proprie-

dade privada e de controle sobre a reprodução da força de trabalho. Esse modelo impõe a heterossexualidade compulsória e o binarismo de gênero não apenas como normas morais, mas como mecanismos econômicos que descarregam sobre o âmbito privado de mulheres e pessoas LGBTI+ a responsabilidade pela manutenção da vida, que deveria ser uma obrigação social e coletiva.

Relembramos que, nos últimos anos, assistimos a uma ofensiva reacionária que elegeu a população trans como alvo prioritário para dividir a classe trabalhadora e nublar a consciência de classe. Esse cenário é mais complexo se analisarmos como o fortalecimento do moralismo conservador, manifestado em resoluções transfóbicas do Conselho Federal de Medicina (CFM) e em projetos de lei que restringem o uso de banheiros e atacam a linguagem inclusiva, funciona como uma cortina de fumaça para a degradação das condições de vida. A extrema-direita utiliza a demagogia moral para responsabilizar minorias oprimidas pelos problemas causados pela minoria opressora, a burguesia. Ao mesmo tempo, o governo federal exerce uma postura de demagogia e inércia, rifando direitos históricos em troca de governabilidade com setores reacionários. Exemplo disso é o marasmo na regulamentação do PAES POP Trans e a manutenção de diretrizes excludentes em documentos oficiais, evidenciando

que o liberalismo progressista e o reacionarismo burguês são faces da mesma moeda, ambos comprometidos com a manutenção da ordem capitalista.

A exploração econômica da população LGBTI+ é a base material sobre a qual se ergue a violência. Em 2026, trabalhadoras e trabalhadores trans enfrentam taxas de desemprego que dobram a média nacional, sendo empurrados para a informalidade e para as jornadas mais extenuantes, como a escala 6x1. A luta contra essa jornada exaustiva é, inerentemente, uma pauta LGBTI+: sem tempo para a vida, para o lazer e para a organização política, a vulnerabilidade social se aprofunda, e se aprofundam também os índices de violência contra essa população. A reivindicação pela redução da jornada de trabalho e pelo fim da escala 6x1 deve ser articulada com a demanda por cotas trans, moradia digna e a socialização do trabalho de cuidado (como lavanderias e restaurantes comunitários, creches e cuidados de saúde). Somente a independência da reprodução da vida em relação à família individual pode garantir a verdadeira autonomia dos corpos e das sexualidades.

Não buscamos apenas o reconhecimento simbólico ou a tolerância abstrata dentro dos marcos do Estado burguês, mas a emancipação humana plena. Para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a construção da consciência de classe nos sindicatos e movimentos populares deve incorporar as demandas da população LGBTI+ como centrais para a unidade do proletariado. A libertação sexual plena é impossível sob um sistema fundado na exploração. Portanto, a organização revolucionária deve ser a vanguarda no enfrentamento político às bases do conservadorismo e na superação de medidas reformistas paliativas.

Nosso programa é cristalino ao apontar que os comunistas devem ser propositivos na formulação, junto ao seio das LGBTI+s trabalhadoras e da classe como um todo, de estratégias e táticas que visam a alcançar vitórias concretas nas bandeiras do movimento LGBTI+, e ainda reforça que os comunistas precisam reconhecer que um salto de qualidade radical na realidade das LGBTI+s trabalhadoras, como o fim da LGBTI+fobia, apenas será alcançado com o fim do próprio capitalismo em uma revolução socialista. Por fim, o Programa dos revolucionários aponta que, mesmo assim, as demandas do movimento LGBTI+ correspondem às necessidades de sobrevivência de pessoas LGBTI+ e devem ter o início de sua superação no presente, não podendo ser ignoradas por nenhuma organização revolucionária.

Que a bandeira LGBTI+ continue a ser levantada por todos os comunistas do Brasil e do mundo!

Economia

Crise e risco de recessão se desenham a partir da guerra imperialista

Enquanto a população em geral enfrenta inflação, risco de escassez e até mesmo a morte, alguns poucos encontram espaço para ampliar seus ganhos.



Lancha da Guarda Revolucionária Iraniana (IRGC) patrulha o Estreito de Ormuz. Foto: West Asia News Agency (WANA)/Reprodução

Com a agressão dos EUA e Israel contra o Irã e o consequente fechamento do Estreito de Ormuz, iniciou-se uma crise com impactos globais. O estreito concentra parcela decisiva do transporte mundial de petróleo e fertilizantes. Mesmo conflitos localizados produzem hoje efeitos que se espalham rapidamente pela economia mundial.

Antes da escalada militar, o barril de petróleo girava em torno de US\$ 72. Após o início dos ataques, chegou a ultrapassar US\$ 120. O preço divulgado diariamente refere-se principalmente ao mercado futuro de petróleo, altamente especulativo e baseado em expectativas sobre o comportamento da economia e da guerra nos meses seguintes.

Desde o início do conflito, a mídia e os grandes agentes financeiros vêm difundindo previsões alarmistas sobre risco de recessão global, inflação e desabastecimento. Nos EUA, a inflação acelerou e os combustíveis tiveram forte alta. O banco Goldman Sachs divulgou relatório indicando redução dos estoques globais de petróleo para níveis próximos de 100 dias da demanda mundial. Esses estoques incluem reservas estratégicas dos governos, petróleo armazenado por empresas e volumes mantidos em refinarias e transporte.

Países dependentes de importação de energia sofrem mais os impactos. Embora haja petróleo disponível, sua distribuição é desigual. As maiores reservas concentram-se sobretudo nos EUA e na China, colocando países mais dependentes de importações em situação vulnerável. A União Européia é uma das regiões mais afetadas, já que depende fortemente do petróleo externo e compete com outros países pelas fontes de energia disponíveis.

Na Europa, governos

passaram a adotar medidas emergenciais para evitar desabastecimento e proteger estoques de energia para o inverno. A França mobilizou caminhões-tanque para garantir o abastecimento. A Grécia criou subsídios para combustíveis e a Itália restringiu o fornecimento de querosene em alguns aeroportos. Ao mesmo tempo, os custos adicionais com importações energéticas cresceram rapidamente.

O aumento dos preços também atinge fertilizantes, insumo agrícola que passa pela rota de Ormuz. Com isso, cresce o risco de encarecimento da produção de alimentos em escala global. Países mais pobres e dependentes das importações tendem a sofrer mais intensamente os efeitos da crise.

Ainda que o discurso sobre risco de recessão possa servir também como pressão política contra o Irã para forçar a reabertura do estreito, os efeitos econômicos do conflito são concretos e já atingem trabalhadores em todo o mundo. O aumento dos combustíveis encarece transportes, alimentos e toda a cadeia produtiva ligada ao petróleo, evidenciando os problemas de uma matriz energética ainda muito dependente de combustíveis fósseis.

A guerra também vem produzindo ganhos extraordinários para setores estratégicos do capitalismo internacional: Gigantes do petróleo como BP, Shell e TotalEnergies ampliaram fortemente seus lucros graças às oscilações do mercado de energia e às operações de trading. Grandes bancos de Wall Street, como JPMorgan Chase e Goldman Sachs, também registraram receitas recordes impulsionadas pela volatilidade financeira e pela corrida especulativa em torno do petróleo e dos ativos considerados seguros.

Além disso, empresas da indústria bélica, como Lockheed Martin e BAE Systems, passaram a se beneficiar do aumento dos gastos militares e da necessidade de reposição de estoques de armas pelos governos ocidentais. Enquanto trabalhadores enfrentam inflação, encarecimento dos combustíveis e insegurança econômica, setores do capital financeiro, energético e militar transformam a própria guerra em fonte de acumulação.

Os mercados de ações dos EUA, impulsionados pelos setores financeiro, tecnológico e energético, mesmo diante da guerra, chegaram a registrar altas. Isso revela como, no capitalismo contemporâneo, crises e conflitos não afetam igualmente todas as classes sociais. Enquanto trabalhadores arcam com inflação e perda do poder de compra, setores ligados às finanças, energia e indústria militar frequentemente conseguem ampliar seus ganhos.

No Brasil, os efeitos também já são percebidos. Apesar das tentativas do governo Lula de conter reajustes, o país permanece vulnerável às oscilações internacionais por depender da importação de derivados de petróleo e manter preços vinculados ao mercado global. Em um país fortemente dependente do transporte rodoviário, o aumento do diesel e da gasolina afeta diretamente alimentos, fretes e o custo de vida da população.

Essa vulnerabilidade também se relaciona às privatizações e à redução da capacidade estatal de refino nos últimos anos. A crise atual evidencia a contradição de um país produtor de petróleo que continua exposto à inflação energética internacional e às consequências das disputas geopolíticas conduzidas pelas grandes potências.

Sindical

Escala 12x36 nos Correios precariza condições de trabalho

A adoção da escala 12x36, com a justificativa de flexibilidade e modernização, ignora as demandas de contratação e valorização para que a empresa realmente consiga prestar um melhor serviço.

Por Nalbert Pietro

A adoção da escala 12x36 para os trabalhadores dos Correios, anunciada em 2026, é mais uma medida do Plano de Reestruturação da empresa, que enfrenta a resistência dos trabalhadores. Inicialmente apresentada como voluntária, a adoção da escala 12x36 está inserida em um contexto de precarização das condições de trabalho e de sucateamento da empresa com a justificativa de flexibilidade e modernização.

O Plano de Reestruturação dos Correios foi anunciado em novembro do ano passado, na esteira da crise financeira que vive a empresa que, em 2025, teve um queda de 11% no faturamento em relação ao ano anterior. Contudo, o plano não só não é capaz de conter a crise, como coloca o ônus da mesma nas costas dos trabalhadores e abre um flanco para a privatização da empresa.

Entre as medidas desse plano estava um Plano de Demissão Voluntária (PDV), com a estimativa de que atingisse 15 mil trabalhadores até o fim de 2027. O principal incentivo à adesão ao PDV tem sido a precarização das condições de trabalho por parte da gestão da empresa. É crescente a indignação entre os trabalhadores com a falta de uma quantidade de funcionários e de condições adequadas para que os serviços da empresa consigam se manter com qualidade. Outro “incentivo” da empresa para a adesão ao PDV tem sido a elevação da pressão pela retirada dos direitos dos trabalhadores.

Em março deste ano, os Correios anunciaram que vão começar a adotar a escala 12x36 conforme as necessidades do serviço. Essa é uma escala que já havia sido recusada pelos trabalhadores no ano de 2025 e que agora ressurge, sendo reapresentada, ao menos inicialmente, como voluntária.

A empresa alega que essa jornada flexível irá “fortalecer o posicionamento da empresa frente à concorrência no segmento de encomendas”. A justificativa busca alinhar a empresa a cartilha do setor privado, que tem como característica os baixos salários e a desregulamentação do trabalho, além de ignorar as demandas de contratação e valorização para que a empresa realmente consiga prestar um serviço com maior qualidade.

Quando tornadas públicas, as diretrizes de implementação da escala 12x36 causaram rejeição imediata dos trabalhadores dos Correios e seus sindicatos. As representações dos trabalhadores alertam para o risco de utilização dessa escala para corte de vale alimentação/refeição e redução nos salários e compensações por mudança na contabilização do controle de horas, além dos impactos na saúde física e mental que as jornadas longas e desgastantes têm para os trabalhadores.

Por fim, a implementação da jornada 12x36 deixa uma série de pontos abertos, como a pressão para a adesão individual e a tendência futura de imposição generalizada. A greve de 2025 atrasou a implementação das medidas mais vorazes contra os trabalhadores, mostrando que mesmo a mais tímida concessão se dá na luta independente dos trabalhadores contra o projeto governista de precarização. A revolta dos trabalhadores que permitiu a imposição de uma greve no ano passado, mesmo sem apoio de várias direções sindicais, precisa seguir sendo organizada para demonstrar a força dos trabalhadores dos Correios, que vem carregando uma luta que é de toda a classe trabalhadora.

Luta Ideológica

Tática parlamentarista e luta de massas na batalha pela jornada de trabalho

O último ano e meio da luta de classes no Brasil foi tomado pelo debate do fim da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho. A importância dessa batalha se comprovou não apenas na teoria, mas na prática.



Manifestação do dia de mobilização nacional pelo fim da escala 6x1 realizada em Recife, em 15 de novembro de 2024. Foto: Romerito Pontes/Reprodução

Por Gabriel Lazzari

O último ano e meio da luta de classes no Brasil foi tomado pelo debate do fim da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho. A importância dessa batalha se comprovou não apenas na teoria, mas na prática, como um elemento catalisador da classe trabalhadora contra a burguesia no Brasil. O precedente histórico é importantíssimo: na virada do século XIX para o XX, foram precisamente as lutas pela jornada de trabalho de 8 horas que ajudaram a unificar o movimento proletário em desenvolvimento nos países capitalistas.

Hoje, o aumento da jornada de trabalho tem sido uma das principais armas do grande capital contra a classe trabalhadora em todo o mundo. Os regimes de flexibilização de leis trabalhistas têm sido os vetores desse ataque, como nas recentes reformas trabalhistas na Argentina e na Grécia. No Brasil, só tivemos as 8 horas diárias a partir da promulgação da CLT, em 1943, e uma redução de 4 horas na jornada semanal em 1988. Nesse momento de luta defensiva em geral, é surpreendente que a luta ofensiva pela redução da jornada tenha surgido espontaneamente, mas essa movimentação já havia sido antecipada por nosso Partido quando, no XVI Congresso em 2021, deixamos de falar em “redução da jornada de trabalho” e passamos a defender como bandeira das 30 horas semanais; com o acréscimo de defendermos, desde o XVII Congresso, em 2024, a redução também da escala, para a escala 4x3.

É preciso, então, fazermos uma análise mais científica sobre o curso do desenvolvimento das lutas atuais, que é a base sobre a qual de-

vemos traçar nossas táticas. Quando falamos do curso do desenvolvimento, estamos nos referindo às sucessões de avanços e recuos da classe trabalhadora e de suas expressões políticas nessa batalha. Podemos basicamente elencar quatro momentos dessa luta:

1. *A visibilidade da pauta, a partir do debate da escala: entre final de 2023 e final de 2024, a pauta ganhou visibilidade com a ênfase na escala de trabalho 6x1, a partir da viralização de uma denúncia de Rick Azevedo, que o impulsionou a fundar o VAT.*

2. *O ascenso espontâneo da luta: a partir de novembro de 2024, a luta transbordou da “opinião pública” para os setores organizados do movimento a partir de um ascenso espontâneo, que foi incorporado por chamados a mobilizações que se iniciaram em 15 de novembro. Às vésperas da mobilização, a pressão popular foi forte o suficiente para que quase metade dos deputados federais endossassem a PEC apresentada por Érika Hilton.*

3. *A organização da luta: a partir de janeiro de 2025, em que a primeira grande plenária nacional de organização transbordou o que antes eram esforços concentrados no VAT e tomou a forma de uma luta política, que organizou e dirigiu essa campanha com um forte caráter classista até o 1º de maio de 2025. É nessa fase que a força do movimento exige e consegue a protocolação da PEC na Câmara dos Deputados.*

4. *A cooptação da luta: a partir de 30 de abril de 2025, com o discurso presidencial, os setores governistas tomam a frente da mobilização, direcionando suas ações para um “Plebiscito Popular”, que, entre outros temas, trazia o fim da escala 6x1.*

A disputa entre táticas diversas co-

meça a ocorrer entre os momentos 2 e 3 e tem uma virada na correlação de forças entre o 3 e o 4. Qual é a divergência tática que está presente nessa batalha?

Por um lado, os setores da esquerda revolucionária tomaram a liderança nas fases 2 e 3, ofuscando a própria protocolação da PEC em abril de 2025. A tática do PCBR, que foi uma das forças mais destacadas, em nível nacional, por esse direcionamento foi o de unir as lutas das categorias e desenvolver comitês que, por sua vez, fossem amplos o suficiente para aglutinar os lutadores, ao mesmo tempo em que estimulava os vínculos com o movimento sindical organizado. Um dos exemplos mais significativos foi a greve da PEPSICO, particularmente em São Paulo e Sorocaba, que reivindicava precisamente a redução da escala.

Por outro lado, os setores ligados à Frente Ampla, apostaram na tentativa de reduzir essa batalha apenas à luta econômica direta entre trabalhadores, em suas categorias, e patrões. A declaração do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, foi de que essa batalha deveria ser travada em “convenções e acordos coletivos”, e não pelo conjunto da classe trabalhadora. Mesmo quando esses setores foram pressionados, Lula não apresentou como uma necessidade de avanço da classe trabalhadora contra os patrões, mas como um tema sobre o qual era preciso “dialogar com todos os setores da sociedade”.

Essas táticas se vinculam, diretamente, a estratégias diversas: uma, de desenvolver a consciência e a organização dos trabalhadores para arrancar 30h e uma jornada 4x3, com base na mesma pressão que fez

com que mesmo setores da direita tenham assinado a PEC; a outra, de que é preciso conciliar os interesses, chegar a um “meio termo” com a burguesia e fazê-lo por meio do Congresso Nacional, desarticulando as formas de luta tipicamente proletárias (paralisações, greves, manifestações de rua) e propondo formas de luta tipicamente burguesas (negociações a portas fechadas entre diferentes representantes do capital).

O resultado, como vemos, é um rebaixamento impressionante da pauta. Pela “negociação” do governo com o presidente da Câmara, o reacionário Hugo Motta (Republicanos-PB), a PEC, que tinha todo o potencial de chegar até sua proposta de 36h com 4 dias por semana, terminou sendo apresentada como Projeto de Lei – mais facilmente modificável em um momento de ainda menos força dos trabalhadores – com 40h semanais e 5 dias por semana de trabalho.

Nos dias seguintes, o Partido Liberal (PL), derrotado na opinião pública, buscou desde emendas para aumentar a 52 horas a jornada e a transição para dez anos até uma demagógica e farsesca agitação na Câmara que buscava tomar para si a pauta de redução da 6x1 para a escala 4x3. Essa pressão pelo rebaixamento de nossas pautas não pode ser revertida sem o movimento organizado dos trabalhadores apresentando suas posições com independência em formas proletárias de luta, mas a mudança de foco para a luta puramente parlamentar desarma os trabalhadores para manter ativa a luta nesses termos.

É óbvio que qualquer vitória nesse frente viria da aprovação congressual de uma mudança legislativa. A conciliação de classes escolheu a negociação “entre pares” da ordem, sacrificando o nascente e potente movimento espontâneo no altar da política burguesa e a transforma em uma meia vitória – meia vitória que tem um sabor amargo na boca de parte significativa dos trabalhadores, que sabem que poderiam alcançar mais.

A batalha ainda não foi sequer vencida, nem para essa “meia vitória”, já comemorada pelo governo. É possível que mesmo o PL rebaixado sofra ainda uma série de desfigurações no Congresso e estabeleça um prazo longo de transição, ou condições específicas de aplicação da mudança de jornada, para impactar ao mínimo a taxa de lucro dos capitalistas. A demora no trâmite foi também uma tática da burguesia para “esfriar” o clima da luta e nisso houve pleno consenso do governo, que queria, mais do que conquistar essa vitória dos trabalhadores, usá-la em sua demagogia eleitoral. Ainda temos muito a avançar!

Juventude

Greve unificada dos estudantes das Universidades Estaduais mobilizam todo o estado de São Paulo

Greve unificada entre estudantes da Unesp, USP e Unicamp reivindicam melhores condições de permanência e mais orçamento para a educação pública, enquanto articulam luta com demais setores da sociedade.

Desde o dia 04/05, os estudantes das três universidades estaduais de São Paulo (USP, Unesp e Unicamp) constroem uma greve de forma unificada, que tem no centro de suas reivindicações a melhoria nas condições de permanência estudantil e a necessidade de mais financiamento estatal para a educação pública.

A greve unificada foi deflagrada após uma manifestação organizada pelo Fórum das Seis, espaço que congrega as entidades representantes dos três setores (estudantes, professores, e servidores técnicos e administrativos), frente a mesa de negociação com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), a partir da Pauta Unificada de Reivindicações 2026. A greve é a resposta organizada, frente à postura negativa das Reitorias em relação ao diálogo e às reivindicações dos três setores.

Apesar do caráter unificado da greve frente às pautas do Fórum das Seis, que abrangem reivindicações gerais e específicas de cada setor que constrói a universidade, a mobilização estudantil que alimentou as paralisações tem como ponto de ebulição a crise da política de permanência estudantil – seja pela forma diretamente mercantilizada de assistência, na insuficiência dos auxílios, ou pela falta de estrutura pública para a universidade garantir a permanência. Os estudantes destacam o caso das moradias precárias, com poucas vagas e carentes de manutenção, e dos Restaurantes Universitários privatizados, com péssimas condições de trabalho e de qualidade, sendo cada vez mais frequentes os relatos de comida estragada e com larvas.

A primeira universidade a entrar em greve foi a USP, quando, no dia 09 de abril, os servidores aprovam greve em sua categoria reivindicando a isonomia frente a bonificação de R\$4.500,00 por mês exclusiva para a categoria docente por meio da Gratificação por Atividades Complementares e Estratégicas (GACE). Junto a isso, no dia 16 de abril, tem início a greve dos estudantes da USP, não apenas em apoio aos servidores, mas também com reivindicações da defesa da autonomia dos espaços estudantis, o aumento do valor do auxílio permanência do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE) para um salário mínimo paulista e pela estatização dos restaurantes universitários que hoje são terceirizados. A partir dessas pautas, a greve da USP chegou a mais de 130 cursos paralisados.

Ao longo da paralisação, a Reitoria manteve a posição de não dialogar com os estudantes, fugindo de mesas de negociação, e declarou



Registro da mobilização unificada dos estudantes das estaduais paulistas em 11 de maio. Foto: Marcos Bruno Firmino @marcos.the.black

à mídia que as negociações da greve estariam encerradas. Tal declaração foi dada logo depois de ter sido prometida aos estudantes mais uma mesa de negociação. É a partir dessa negativa a qualquer diálogo que os estudantes, durante um ato organizado no dia 07 de maio, decidem pela tática de ocupação da Reitoria da USP, tendo como principal reivindicação a retomada das negociações.

No dia 10 de maio, às 4 horas da manhã, a Polícia Militar de São Paulo, a mando de Tarcísio de Freitas, demonstrou que a fuga do diálogo seria sustentada pela violência e expulsou os estudantes de forma truculenta e ilegal. A ação realizada sem o mandado de reintegração de posse foi marcada por bombas de efeito moral, agressão a diversos estudantes, que além de ferimentos e lesões tiveram parte de seus pertences apreendidos. Em resposta a esse episódio, os estudantes construíram mobilizações massivas nos dias 11, de forma unificada frente ao CRUESP, e no dia 13, puxada pelos estudantes da USP no ato “Lutar não é Crime”.

A mobilização que cresceu na USP, porém, não se distancia do cenário de mobilização que também vem sendo construído na Unesp e na Unicamp. As três universidades estaduais de São Paulo enfrentam o problema comum da precarização e falta de orçamento e seus desdobramentos na insuficiência de políticas de permanência estudantil e do quadro de servidores efetivos, enquanto avançam os setores geridos pelo capital privado e as relações de trabalho terceirizadas.

Na Unesp, a adesão à greve se

deu no dia 4 de maio e, até o momento desta matéria, alcançou 81 cursos em 9 cidades. Os estudantes de diferentes campi, no entanto, já vinham construindo atos, mobilizações e paralisações apontando para a necessidade de melhores condições de permanência. Um dos principais exemplos é a ocupação estudantil do Instituto de Artes de São Paulo, iniciada no dia 22 de maio, reivindicando a contratação de servidores para a seção técnica de saúde após o caso de uma professora que veio a óbito e não foi socorrida. Também houveram mobilizações em Franca, São José do Rio Preto, Bauru, São Vicente, Marília, Rio Claro e Araraquara. Cada uma das mobilizações locais, articuladas sob direção do Diretório Central dos Estudantes, contribuiu para a aprovação da Carta de Reivindicações do DCE - Unesp.

Os principais pontos da Carta são sintetizados pelo mote “Por R.U, Permanência e Moradia! Por contratação, pelo fim da precarização! Por Paridade, Cotas Trans Já e mais orçamento para a Unesp!”. A leitura é justificada com dados da universidade: entre os 24 campi da Unesp, apenas 13 possuem estrutura de moradia estudantil – e entre estas, são comuns denúncias sobre as condições precárias de infraestrutura – e apenas 10 possuem Restaurante Universitário (R.U.), que também sofrem com a falta de condições de trabalho e qualidade do serviço prestado, além de um processo avançado de terceirização.

No caso da Unicamp, a greve vem sendo pautada em todos os 67 cursos, sob processos de apro-

vação ao longo das duas primeiras semanas de maio. As reivindicações também foram condensadas em um documento de aprovação da Greve, onde também aparece como principal elemento a política orçamentária e seu reflexo na insuficiência da permanência estudantil.

Dentre os principais pontos, consta o fim das contrapartidas exigidas para ter acesso às Bolsas de Auxílio (BAs) – denunciadas como um regime de trabalho análogo ao dos servidores, sem o reconhecimento formal e deslocado da área de especialização do estudante – e o aumento de seu valor; o fim da terceirização dos R.U.s e a recomposição do quadro de docentes e servidores efetivos.

Política de austeridade, Reforma tributária e o futuro das universidades estaduais

A situação em que se encontram as universidades estaduais não é exceção. O denominador comum dessas condições é a política burguesa para a educação, sob os marcos neoliberais da austeridade fiscal, que limitam o orçamento para todos os serviços fundamentais, como Saúde e Educação, enquadrados como Gastos Primários. Essa política se expressa, no âmbito federal, sob o Arcabouço Fiscal, e é intensificada nos marcos do Governo de São Paulo pelo governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seus reitores, que funcionam como verdadeiros secretários do Estado. A consequência desse projeto, para a educação, é a asfixia orçamentária

ria e a ameaça de fechamento/privatização das universidades que avança a cada dia.

Ao cumprirem um papel de gestores de crise, as reitorias são cúmplices do projeto que ameaça as universidades. Apesar do insuficiente financiamento para a educação superior pública, a postura das reitorias é a de reafirmar os marcos da austeridade, enquanto se exime do papel de promover um debate crítico sobre o progressivo desfinanciamento e privatização das instituições.

No âmbito estadual, o cenário é de insegurança e ameaça iminente sobre a forma de financiamento. Desde 1989, a principal fonte de financiamento das universidades estaduais de São Paulo tem origem na quota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS). Em 1995 foi ajustada para 9,57% do ICMS, e desde então carrega esse mesmo índice, apesar da ampla expansão das três universidades – que triplicaram a quantidade de alunos nesse período.

A Reforma Tributária dará fim ao ICMS e, conseqüentemente, as universidades estaduais não terão mais sua quota-parte garantida por Decreto Estadual. O cenário de incerteza levanta diversos debates, como a necessidade de uma nova fonte de financiamento estatal que garanta a autonomia das universidades e contemple suas demandas orçamentárias, sem abrir para a privatização do setor de maneira direta ou indireta.

O papel do movimento estudantil

A luta dos estudantes das universidades estaduais de São Paulo traz lições importantes sobre a potencialidade de construção das mobilizações populares sob uma linha proletária e independente de reitorias e governos. Uma das maiores demonstrações foi a “Marcha Pelo Fora Tarcísio! Em defesa da educação, do serviço público, contra as privatizações e a violência policial” realizada na cidade de São Paulo, no dia 20/05, onde o conjunto dos estudantes, junto a mobilização de categorias como professores do município e metroviários, demonstrou força e pressão nas ruas.

Mais de 15.000 estudantes e trabalhadores foram às ruas denunciar Tarcísio como um dos principais articuladores políticos dos interesses da burguesia, e todas as contradições do capitalismo brasileiro, reivindicando melhores condições de trabalho e estudo. Esse episódio deve ser tomado como referência para nacionalizar a luta contra todos os ataques à educação, pois demonstra a capacidade de mobilização do movimento estudantil, e seu potencial de conduzir o debate político quando se coloca como força auxiliar do proletariado em suas lutas.

Sindical

Greve dos Trabalhadores da Educação em BH escancara austeridade como projeto estrutural de precarização

Em greve durante todo mês de maio, trabalhadores da educação da rede municipal da terceira capital mais rica do país enfrentam a engrenagem de austeridade fiscal que, em todo o país, transfere recursos do serviço público para a iniciativa privada.



Professores votam pela continuidade da greve em assembleia o dia 26 de Maio, em frente à Prefeitura de Belo Horizonte. Foto: Jornal O Futuro

Durante o mês de maio as salas de aula da rede municipal de Belo Horizonte estiveram vazias. Desde o dia 27 de abril, os profissionais concursados da educação, organizados pelo Sind-REDE, foram a vanguarda na construção de uma greve. O movimento, que já se estende por semanas e foi reafirmado em assembleias, denuncia uma crise que vai muito além da questão salarial, mas é expressão local e concreta de uma engrenagem de austeridade fiscal que, em todo o país, transfere recursos do serviço público para a iniciativa privada e precariza as condições de trabalho em geral.

Dentre as reivindicações da categoria estão o agravamento das más condições nas escolas, com cortes de recursos, ausência de quadro suficiente de profissionais, terceirizações e entrega atividades pedagógicas para Organizações da Sociedade Civil (OSCs), além da defasagem salarial. A administração municipal, refratária ao diálogo, respondeu às demandas com o que a categoria classifica como o simples silêncio e manobras para desmobilizar a luta. Enquanto isso, impõe uma portaria que estabelece uma jornada exaustiva para os professores da educação infantil, com meros 15 minutos de pausa, retirando o planejamento pedagógico do convívio coletivo da escola.

Belo Horizonte não é uma cidade pobre. Com um orçamento de R\$20 bilhões, figura como a terceira capital mais rica do país. A administração municipal, contudo, insiste em justificar cortes e propostas salariais rebaixadas com o discurso do limite orçamentário. Essa retórica não se sustenta. Em 2023, a prefeitura fechou as contas com um superávit de R\$ 204 milhões e quase R\$1bilhão em caixa. Mesmo com as receitas crescendo 14% – bem acima da inflação de 4,62% –, a gestão municipal optou por destinar à valorização dos servidores um índice de gasto com pessoal de apenas 41% da Receita Corrente Líquida, muito aquém do limite de 54% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa política de compressão de salários e de desinvestimento nos serviços públicos é o desdobramen-

to, na esfera municipal, das reformas da previdência, trabalhista e da lei das terceirizações que, nos últimos anos, forneceram o arcabouço jurídico para legitimar a precarização em todo o país.

O modelo de entrega das atribuições pedagógicas para OSCs, que o prefeito Álvaro Damiano afirma que “veio para ficar”, opera sob um manto de opacidade. Denúncias do SindREDE apontam que tais contratos carecem de transparência na prestação de contas e podem servir como moeda de troca para beneficiar políticos ligados a essas entidades. A precarização se materializa na ponta. Para substituir profissionais de apoio, as OSCs utilizam um banco de talentos de mães e pais de crianças atípicas cadastradas para serem horistas. Esses trabalhadores, que chegam a quase 4,7 mil, recebem cerca de 1,5 salário mínimo para uma jornada de 44 horas semanais e, frequentemente, não possuem a formação específica exigida para lidar com as complexas demandas dos estudantes da educação especial. O resultado concreto desse processo é a consolidação de uma política de “desprofissionalização” do atendimento educacional, que substitui professores concursados por mão de obra precarizada e de baixo custo, aprofundando o desmonte da escola pública.

Em meio a atos e assembleias, o professor dos anos iniciais e membro do comando de greve Diego Miranda descreve um cenário de escassez que atinge o básico do cotidiano escolar. “Na minha escola faltou papel, toner, estava sem borracha até semana passada, coisas que são materiais de trabalho cotidiano que a gente precisa. Os uniformes atrasaram, parte dos alunos tem, outra parte não, e é um dever do município garantir isso”, relatou.

A fala ilustra uma das faces mais visíveis da política de cortes. O Sind-REDE aponta que as verbas de manutenção das escolas sofreram reduções drásticas, entre 25% e 50%, comprometendo o funcionamento básico das unidades. Contudo, a raiz do problema é mais profunda e está ligada a um modelo de gestão que, Miranda explica, desestrutura

a carreira e a própria função social da escola. Ele cita a situação de colegas terceirizados como exemplo máximo da desorganização: “Alguns trabalhadores terceirizados de portaria e cantina não receberam o vale alimentação, vale transporte. [...] Na minha escola, a direção e a coordenação estava tendo que ficar na portaria, porque o porteiro não recebeu vale transporte. Esse tipo de dinâmica afeta o funcionamento”.

Essa lógica, que transforma a administração pública em um mosaico de contratos precários, é um dos carros-chefe da política municipal. A prefeitura de Álvaro Damiano (União Brasil) não apenas mantém a terceirização como a aprofunda. Um dos pontos centrais do impasse é a transferência de uma atividade essencialmente pedagógica, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com deficiência, para OSCs. Na prática, a Prefeitura de BH retira dos professores concursados uma atribuição que é sua por direito e formação, entregando-a a entidades privadas em um avançado processo de privatização indireta do ensino.

Seguindo a lógica vigente em todo o país, o arcabouço fiscal, aprovado para substituir o antigo teto de gastos de Temer, na realidade mantém e aprofunda a lógica da austeridade, comprimindo investimentos em áreas sociais estratégicas. Projeções indicam que a expansão do ensino integral pode perder R\$ 42,3 bilhões nos próximos cinco anos, enquanto a execução orçamentária é manejada para inviabilizar o funcionamento contínuo das instituições, liberando recursos de forma asfíxiante.

A luta da categoria expõe a contradição entre a necessidade de universalizar direitos e a prioridade política de remunerar o capital financeiro. Ao estrangular os orçamentos da educação, o Estado abre um flanco para que grupos privados ocupem o espaço dos serviços públicos, seja por meio de OSCs, como em BH, seja por outros mecanismos de privatização indireta.

Por isso, a greve em Belo Horizonte carrega um sentido que ultrapassa suas pautas específicas. A luta por papel, tinta, salários dignos e contra a jornada massacrante é a luta pela própria existência do serviço público. Se a política de austeridade estrangula os municípios, rompê-la exige a organização coletiva e direcionada. A generalização das lutas, conectando os profissionais da educação de BH aos demais servidores e trabalhadores do país que enfrentam a mesma lógica de cortes e privatizações, não é uma escolha tática, mas uma necessidade concreta para barrar o desmonte que transforma a Educação em mercadoria.

Segurança pública

Governo do Espírito Santo militariza política fundiária e retira mediação da pasta de Direitos Humanos

A medida militariza a mediação de disputas por território ao colocar a Polícia Militar e os órgãos de segurança pública no centro da condução desses conflitos.

Por Victor Sampaio

Ricardo Ferraço (MDB), que assumiu recentemente o governo do Espírito Santo após a renúncia de Renato Casagrande (PSB), que disputará o Senado, publicou no dia 13 de maio o Decreto nº 6.414-R, que altera a coordenação da política estadual de prevenção e conciliação de conflitos fundiários, transferindo-a da Secretaria de Direitos Humanos para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp). A medida militariza a mediação de disputas por território ao colocar a Polícia Militar e os órgãos de segurança pública no centro da condução desses conflitos, contrariando a Resolução nº 510/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina a adoção de soluções pacíficas e mediadas para conflitos dessa natureza.

A nova medida revoga o Decreto nº 5.155-R, de 2022, que formalizava a Comissão Permanente de Conciliação e Acompanhamento dos Conflitos Fundiários, então vinculada à pasta de Direitos Humanos. A composição anterior previa a participação de integrantes das ocupações, movimentos sociais, representações quilombolas e órgãos de justiça, como o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES).

Com o novo decreto, a composição da comissão é alterada e a participação popular é retirada. O texto estabelece ainda que órgãos como o Ministério Público Federal (MPF), o MPES, a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado (DPES) apenas “poderão” ser convidados para participar das reuniões, “conforme a natureza do conflito”, tornando sua presença facultativa e não obrigatória.

No inciso IV do artigo 3º, o decreto incorpora o termo “invasões”, expressão que não constava no texto anterior. Para lideranças quilombolas e sem-terras, a mudança não representa apenas uma alteração terminológica, mas uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais e a luta pela terra. A caracterização de ocupações como “invasões” ignora dispositivos constitucionais, como os artigos 6º, 184 e 186 da Constituição Federal, que tratam do direito à moradia e



Polícia Militar em ação durante o despejo das famílias da ocupação Vila Esperança, em Vila Velha (ES).
Foto: Fernando Madeira/A Gazeta/Reprodução

da desapropriação de propriedades que não cumprem sua função social para fins de reforma agrária. Organizações populares alertam ainda para os riscos da medida em um estado marcado por um histórico de violência e conflitos no campo.

Essa não é a primeira investida do governo Casagrande/Ferraço contra ocupações e movimentos de luta pela terra. Em setembro de 2025, como noticiado pelo jornal O Futuro, o governo autorizou o uso da força policial da PMES para reprimir qualquer resistência durante o despejo de mais de 800 famílias da ocupação Vila Esperança, em Vila Velha. À época, Casagrande ainda ocupava o cargo de governador e atuou para preservar sua aliança com setores empresariais e com o prefeito Arnaldinho Borgo (PSDB).

O processo de despejo foi marcado por denúncias de grilagem documental envolvendo um suposto proprietário do terreno, além de suspeitas de relações entre o prefeito e empresários do setor imobiliário, incluindo denúncias sobre o recebimento de um apartamento de alto padrão na Praia de Itaparica, registrado em nome do empresário Eduardo Balestrassi.

O Espírito Santo possui um longo histórico de conflitos violen-

tos pela terra, marcado pela apropriação de terras públicas, invasões de áreas indígenas e quilombolas e expulsão de comunidades tradicionais por latifundiários e grandes empresas privadas. Essas áreas são frequentemente apropriadas para fins lucrativos, com destaque para a atuação da Suzano (antiga Aracruz Celulose), sobretudo no norte do estado, onde mantém extensas áreas de monocultivo de eucalipto, modelo amplamente criticado pelos impactos ambientais e sociais.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam que, em 2025, o Espírito Santo registrou cerca de 4,2 mil pessoas atingidas por conflitos no campo. Ao todo, foram contabilizados 11 conflitos no ano, cinco deles relacionados à ocupação realizada por cerca de mil mulheres sem-terra em uma fazenda da Suzano, localizada em Aracruz.

A mobilização reivindicava o cumprimento de um acordo firmado em 2011 entre a empresa e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que previa a destinação de 22 áreas para a reforma agrária em razão dos impactos causados pela monocultura de eucalipto na região.

A Suzano também foi condenada pela Justiça Federal em 2021,

em uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), por participar de um esquema fraudulento de apropriação de terras públicas entre 1973 e 1975. Segundo a sentença, parte dessas terras se sobrepunha a territórios quilombolas que atualmente passam por processo de regularização junto ao Incra. A decisão judicial anulou 30 registros de imóveis vinculados ao esquema.

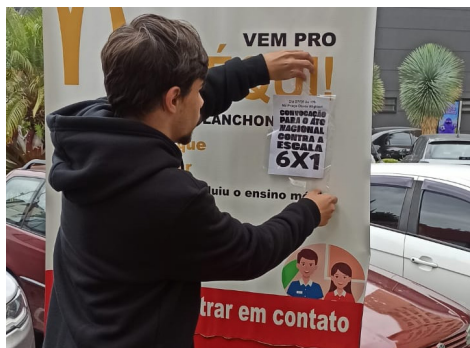
Em 2025, o MPF solicitou o cumprimento provisório da sentença, mas, até o momento, a Justiça ainda não respondeu ao pedido.

A militarização da política fundiária também abre espaço para a atuação de grupos como o Movimento Invasão Zero, criado por fazendeiros e setores ruralistas em 2023 e com presença no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo. O grupo atua de forma paramilitar e é investigado pelo assassinato do líder Pataxó Vitor Braga Braz, morto a tiros em Prado (BA), em 2025, além de ataques com bombas caseiras contra um acampamento do MST em São Mateus (ES).

O movimento conta com apoio do deputado federal Evair Vieira de Melo (Republicanos-ES), integrante da Frente Parlamentar Invasão Zero, presidida por Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS) e por Ricardo Salles (PL-SP).

Os principais afetados pelo Decreto nº 6.414-R serão quilombolas, indígenas e trabalhadores sem-terra, que historicamente já enfrentam repressão do Estado e de grandes empresas privadas. A medida também amplia os riscos para apoiadores e organizações solidárias às lutas populares, que poderão enfrentar maior repressão policial respaldada institucionalmente pelo governo estadual.

O decreto nº 6.414- representa um retrocesso na política fundiária capixaba e um enfraquecimento dos mecanismos de mediação civil dos conflitos agrários. Ao transferir a condução dessas políticas para a estrutura da segurança pública, o governo Casagrande/Ferraço reforça uma lógica de tratamento policial para conflitos sociais e territoriais, priorizando os interesses do capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Segurança Pública

EUA indicam classificação do PCC e CV como grupos terroristas

Sob o pretexto de combater o crime organizado, os Estados Unidos articulam a classificação do PCC e do CV como organizações terroristas, em medida que pode ampliar os mecanismos de ingerência e pressão política dos EUA sobre o Brasil.

Em abril, autoridades do governo dos Estados Unidos comunicaram ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a intenção de classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. A medida, no entanto, não surge de forma isolada. Desde o início do mandato de Donald Trump, o governo estadunidense vem emitindo sucessivos sinais de que pretende adotar esse enquadramento.

Segundo Washington, a classificação seria necessária porque essas organizações representariam ameaças à segurança regional em razão de seu envolvimento com o tráfico de drogas, a violência e o crime transnacional. Entretanto, especialistas apontam que a medida possui objetivos que vão além do suposto combate ao crime, revelando o caráter imperialista da iniciativa.

Os interesses ocultos por trás da medida

Em novembro de 2025, os Estados Unidos lançaram o *National Security Strategy* e, em janeiro de 2026, o *National Defense Strategy*, documentos que reforçam a intenção de reafirmar a hegemonia estadunidense sobre o continente americano em meio à crescente disputa com a China pela liderança global. Analistas apontam que essa política retoma elementos da histórica Doutrina Monroe, agora adaptada ao contexto do governo Donald Trump.

Historicamente, os EUA recorrem a diferentes justificativas para legitimar políticas intervencionistas na América Latina. Com o fim da Guerra Fria, o antigo discurso anticomunista foi gradualmente substituído pela chamada “guerra às drogas”, utilizada para ampliar mecanismos de pressão política e intervenção na região.

A prática de segurança pública sob a lógica da guerra às drogas vem desde os anos 70 motivando uma série de intervenções estadunidenses na América Latina. Internamente, tem a sua expressão mais violenta na política de extermínio imposta à população brasileira através das operações policiais e da atuação de esquadrões da morte e milícias nas periferias. Hoje, essa estratégia ganha nova roupagem sob a noção de “narcoterrorismo”.

O enquadramento de organizações criminosas como “terroristas”, como se pretende fazer com PCC e CV, oferece a Washington um pretexto jurídico e político para impor sanções e ampliar formas de intervenção sob o argumento do combate ao terrorismo.

Os receios em torno des-



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos EUA, Donald Trump, apertam as mãos antes de reunião realizada em 7 de maio na Casa Branca, em Washington. Foi o segundo encontro entre os dois em pouco mais de 6 meses. Foto: Ricardo Stuckert /PR

sa política não se baseiam apenas em hipóteses. Sob a administração Trump, os EUA classificaram cartéis venezuelanos como organizações terroristas e, posteriormente, realizaram bombardeios contra embarcações, resultando na morte de dezenas de pessoas. No mesmo contexto, o governo estadunidense acusou o presidente venezuelano Nicolás Maduro de integrar o chamado “Cartel de Los Soles” e promoveu seu sequestro e transferência forçada para território norte-americano, em ação denunciada como um grave ato de intervencionismo contra a soberania venezuelana.

As pressões também se estendem a outros países da região. No México, organizações criminosas foram classificadas pelos Estados Unidos como grupos terroristas em meio a tensões com o governo de Claudia Sheinbaum, em medida interpretada como forma de pressão política sobre a presidente mexicana. Na Colômbia, as investigações abertas pelo governo dos Estados Unidos contra Gustavo Petro, sob alegações de vínculos com grupos narcotraficantes, ocorrem em um contexto de proximidade das eleições presidenciais e são apontadas como tentativa de interferência no processo eleitoral colombiano.

No caso brasileiro, o anúncio ocorre em um momento de crescente interesse estadunidense sobre as reservas nacionais de terras raras, minerais estratégicos para a indústria tecnológica e militar. Nesse contexto, a classificação das facções como organizações terroristas pode

abrir caminho para novas formas de ingerência externa sobre o país.

Agentes internos colaboram com a intervenção

A iniciativa estadunidense também encontra apoio em setores da política brasileira. Tramita atualmente no Congresso Nacional o Projeto de Lei 1283/2025, que propõe o enquadramento de facções criminosas como organizações terroristas, proposta que surgiu justamente em meio às pressões exercidas por autoridades dos EUA.

O senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) articulou, no ano passado, reuniões em território estadunidense buscando apoio político em torno da pauta. Neste ano, passou a defender publicamente a medida como solução necessária para a segurança pública.

Esse movimento está relacionado à tentativa de deslocar o centro do debate eleitoral para a questão da segurança pública, área considerada um ponto de fragilidade do atual governo e identificada como uma das principais preocupações do eleitorado brasileiro.

Especialistas avaliam que a atuação do senador e de seu campo político explora o pânico moral em torno do tema e se articula a um alinhamento estratégico com os interesses de Washington, buscando consolidar apoio internacional para um projeto político identificado com os interesses estadunidenses na região.

A resistência do governo Lula e seus limites

Diante da possibilidade de classificação das facções como organizações terroristas, o governo Lula vem demonstrando resistência à medida. Em nova reunião com Donald Trump, realizada em 7 de maio na Casa Branca, em Washington, o presidente brasileiro teria entregue um documento afirmando que esse enquadramento contraria a legislação nacional.

De fato, especialistas apontam que a classificação é incompatível com a Lei Antiterrorismo brasileira, que condiciona a caracterização do terrorismo à motivação por xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião. As facções criminosas brasileiras possuem finalidade essencialmente econômica e não se enquadram nesses critérios.

Nas organizações terroristas, embora possa existir financiamento ilícito, os recursos funcionam como meio para objetivos ideológicos e políticos. No caso de grupos como PCC e CV, o lucro constitui a própria finalidade central de suas atividades. Por isso, juristas sustentam que essas organizações não se enquadram juridicamente no conceito de terrorismo previsto na legislação brasileira.

Ainda assim, para enfrentar os impactos políticos dessa iniciativa, não bastaria limitar o debate à questão jurídica. Seria necessário politizar o tema e explicitar os interesses intervencionistas envolvidos na proposta, tratando a questão como um problema ligado à soberania nacional.

Nesse sentido, declarações do presidente Lula sinalizando abertura para colaboração dos EUA no combate ao crime em território brasileiro acabam fortalecendo a legitimidade da ingerência que se pretende combater.

Ao mesmo tempo, o debate sobre segurança pública exige respostas concretas. Casos recentes, como as denúncias envolvendo o Banco Master e os esquemas de adulteração de combustíveis atribuídos ao PCC, indicam a capacidade de infiltração dessas organizações em setores estratégicos da economia.

Para analistas críticos ao modelo atual, o enfrentamento dessas organizações exige medidas estruturais, como maior controle estatal sobre fluxos financeiros e nacionalização de setores econômicos estratégicos. Sem uma resposta concreta para a crise da segurança pública, abre-se espaço para soluções de caráter demagógico e para políticas de “combate ao terrorismo” que podem servir de instrumento para o avanço da intervenção estrangeira no país.

Economia

'Desenrola 2.0' pode aliviar dívidas temporariamente, mas não enfrenta bases do endividamento

O governo federal lançou o "Desenrola 2.0", prometendo aliviar o endividamento recorde das famílias brasileiras. Entretanto, a queda da renda disponível, os juros abusivos do crédito rotativo e o avanço das bets revelam uma crise estrutural de financeirização da vida cotidiana.

O governo federal anunciou, em 4 de maio de 2026, o chamado "Desenrola 2.0" — oficialmente denominado Novo Desenrola Brasil — um amplo pacote de medidas destinado à redução do endividamento das famílias brasileiras e à recuperação da capacidade de consumo da população. O programa foi instituído por medida provisória assinada pelo presidente Lula e possui duração inicial de 90 dias, contemplando pessoas físicas, estudantes, micro e pequenas empresas e produtores rurais.

A nova versão do programa prevê descontos que podem chegar a até 90% sobre dívidas bancárias e financeiras, especialmente aquelas relacionadas a cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal e contratos do FIES. Além disso, os juros das renegociações deverão permanecer abaixo de 2% ao mês, buscando tornar os parcelamentos mais acessíveis às famílias inadimplentes.

A iniciativa surge em um contexto de elevado nível de inadimplência no país. Dados divulgados no período do anúncio indicavam

que mais de 82 milhões de brasileiros estavam negativados, enquanto o comprometimento da renda das famílias atingia patamares recorde.

Todavia, a medida surge apenas como solução paliativa diante do agravamento das condições materiais das famílias brasileiras, que dispõem de cada vez menos renda para garantir necessidades básicas e quitar suas dívidas. Mesmo quando conseguem honrar os débitos — inclusive por meio de programas federais de renegociação — o comprometimento da renda permanece elevado.

Nesse contexto, as dívidas de cartão de crédito assumem centralidade como expressão da financeirização da vida cotidiana, transformando a insuficiência salarial em mecanismo permanente de captura da renda do trabalho. A crescente dependência das famílias em relação ao crédito rotativo e às linhas emergenciais — marcadas por juros abusivos e prazos reduzidos — é consequência de um Banco Central cada vez mais omissivo diante das práticas predatórias do sistema financeiro,

legitimadas pelo falso discurso de autonomia do Banco Central e pelas reformas neoliberais, sobretudo as realizadas no governo Temer ao Governo Lula, que ampliaram o poder dos bancos sobre o orçamento das famílias trabalhadoras.

Outro ponto que merece atenção é a omissão do governo federal e do Poder Legislativo diante da expansão desenfreada das bets e do impacto social produzido pela indústria das apostas on-line. A ausência de uma regulação restritiva, somada à permissividade institucional em relação às campanhas publicitárias, contribui para a naturalização do jogo como promessa de ascensão financeira em um contexto marcado pelo desemprego, pela precarização do trabalho e pelo endividamento crescente das famílias.

Tal dinâmica se agrava diante da atuação massiva de influenciadores digitais, celebridades e plataformas de entretenimento, que promovem as apostas como forma fácil e rápida de obtenção de renda, ocultando deliberadamente os riscos financeiros e psicológicos envolvidos.

Assim, parcela significativa da população trabalhadora, já pressionada pela perda do poder de compra e pelo avanço das dívidas — especialmente do cartão de crédito e do crédito rotativo — passa a enxergar nas apostas uma alternativa ilusória de sobrevivência econômica.

Na prática, consolida-se um ciclo perverso de espoliação financeira: enquanto os bancos ampliam seus lucros por meio do endividamento e da cobrança de taxas abusivas — conforme reconhecido pelo próprio Banco Central do Brasil, ao apontar que mais de 100 milhões de brasileiros estão submetidos a juros superiores a 100% ao ano —, as empresas de apostas expandem seus ganhos mediante a exploração da vulnerabilidade social e econômica da população. A omissão estatal diante desse processo evidencia não apenas uma incapacidade regulatória, mas uma verdadeira conivência estrutural com mecanismos permanentes de extração da renda dos trabalhadores em benefício do capital financeiro e das plataformas de apostas.

Internacional

Operários, camponeses e indígenas unificam luta política contra o Governo Paz na Bolívia

A resposta do governo boliviano, que apostou na violência para reprimir os movimentos, rapidamente fez com que a luta política unificasse todos os movimentos sob a demanda pela renúncia de Rodrigo Paz.

Por Konrado

Uma nova onda de protestos contra o governo neoliberal de Rodrigo Paz (do Partido Demócrata Cristão) vem se espalhando, desde 1º de maio, por praticamente todas as regiões da Bolívia. Iniciadas como resposta à promulgação da Lei 1720/2026, que mudou a caracterização de pequenas propriedades rurais, buscando transformá-las em ativos financeiros e direcionando terras coletivas ao assédio da especulação imobiliária, rapidamente as mobilizações passaram a aglutinar demandas econômicas de trabalhadores, particularmente no caso dos mineiros e professores, que reforçam uma luta unitária junto aos camponeses e ao movimento indígena.

Apesar do recuo do governo e a revogação completa da Lei 1720, os protestos cresceram, especialmente com o envolvimento da Central Obrera Boliviana (COB) e da intensa repressão operada pelo governo Paz. A resposta do governo boliviano, que apostou na violência para reprimir os movimentos, rapidamente fez com que a luta política unificasse as mobilizações sob a demanda pela renúncia de Rodrigo



Manifestação dos trabalhadores bolivianos é reprimida pelo Governo Paz. Movimentos pedem a renúncia do presidente. Foto: APG/Reprodução

Paz. A COB, que vem convocando marchas e bloqueios pela concretização da renúncia, alega que o governo Paz não respondeu às demandas sociais dos movimentos durante seus primeiros seis meses de mandato, que pretende impor a privatização na Bolívia que levarão a aumentos nos preços da eletricidade, da água potável e do gás de cozinha e veicular. "Não estamos pedindo a saída deste presidente incompetente e de todo o seu gabinete porque somos loucos; é porque eles não apresentaram soluções

claras para o país", afirmou dirigente nacional da COB, Mario Argollo.

Foram assinados, em 27 de abril, memorandos de "entendimento sobre minerais críticos" que afirmam a abertura das principais minas do país a "investidores estratégicos" americano-canadenses, sob o signo da cooperação internacional com capitais imperialistas que buscam se apossar do lítio boliviano. A proeminência dos trabalhadores mineiros, organizados historicamente no país como um setor-chave das lutas operárias, e

sua adesão aos protestos ressalta também o elemento da luta popular por soberania no país.

A ingerência ianque sobre o governo Paz vem sendo incessantemente denunciada pelo movimento popular boliviano, que aponta as constantes visitas de coordenadores do Comando Sul dos EUA e da "agência antidrogas" DEA, sob pretenso objetivo de "estabilizar" o país. Em meados de maio o ex-presidente boliviano Evo Morales, que se encontra refugiado no interior de Cochabamba, denunciou também um plano que estaria sendo operado pelo governo boliviano em aliança com os EUA para assassiná-lo.

Atualmente há muitas marchas em andamento rumo a La Paz. A "tomada" da capital administrativa pelo movimento popular é uma tática muito recorrente nas grandes mobilizações bolivianas. Tal cena assombra a burguesia do país desde 1979, quando um golpe militar do general Alberto Busch se defrontou com feroz resistência popular. Se concretizada, a unificação dos protestos na capital tem potencial de escalar drasticamente a pressão pela renúncia de Paz.

Internacional

Ignorando o "cessar-fogo", Israel avança no sul do Líbano

Com o aumento do número de mortos e bairros inteiramente destruídos, as tropas israelenses visam ocupar o sul do Líbano em nova ofensiva.

Por Filgueira

Mesmo após um cessar-fogo firmado em abril, Israel vem mantendo os ataques em cidades históricas ao sul do Líbano e também na capital, Beirute. De março, quando se iniciaram as ofensivas no Líbano, até meados de maio, mais de 2.700 pessoas foram mortas no Líbano, incluindo cerca de 200 crianças e nove jornalistas. O número de deslocados ultrapassa 1,2 milhão, cerca de 20% da população do país, e o número de feridos soma mais de 8 mil.

Segundo matéria do Intercept Brasil, mais de 130 cidades e vilarejos no sul do Líbano estão formalmente ocupados ou se encontram sob ameaça direta de Israel. São 55 localidades na zona de ocupação e ao menos 84 locais sob ordens de deslocamento forçado. Famílias que moram e trabalham nestas áreas foram expulsas de suas casas e estão impedidas de retornar, sob ameaças de ataque.

A criação da "linha amarela" replica o método que Israel utiliza em Gaza, determinando uma zona como "área de risco" forçando o deslocamento de civis para que Israel destrua bairros e cidades inteiras para avançar seu domínio colonial. A faixa de 10km de largura reivindicada por Israel por uma suposta "autodefesa contra o grupo Hezbollah", conta com mananciais de água e reserva de gás que se estendem até a fronteira com a Síria.

Nas redes sociais, Israel diz "destruir infraestruturas terroristas", mas a apuração via satélite da Al Jazeera demonstrou que as ondas de destruição ocorreram em vilarejos e centros residenciais, destruindo dezenas de quarteirões, centros comerciais, mesquitas centenárias e áreas de agricultura. Usando a "autodefesa contra o Hezbollah" como justificativa para seu avanço colonial, assim como faz com Gaza em relação ao Hamas, as áreas civis são o maior foco de destruição sionista, como parte de seu projeto genocida de limpeza étnica e destruição da arquitetura e identidade dos povos libaneses e palestinos.

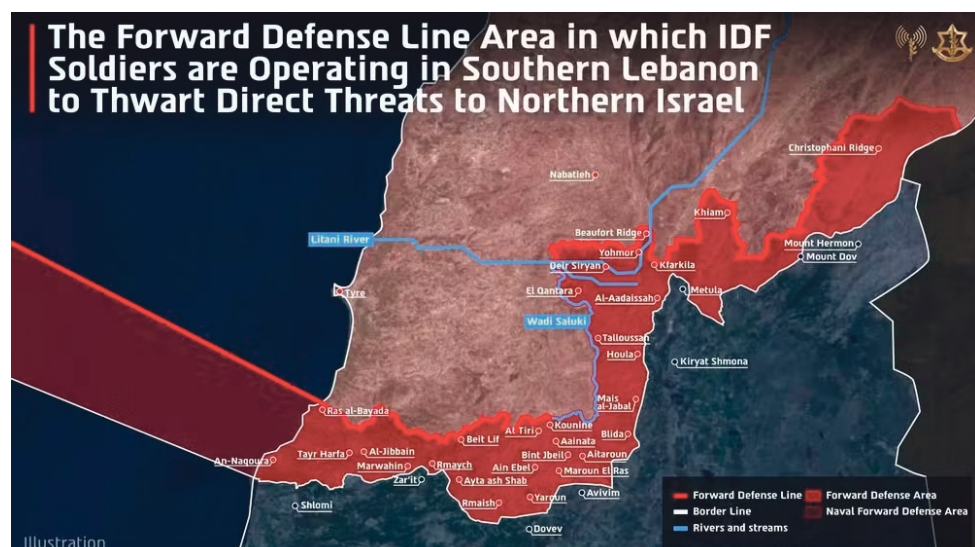
A cidade de Bint Jbeil, no Líbano,

foi 70% destruída e 20% danificada, atingindo as periferias leste e oeste da cidade, usinas de energia, redes de água, escolas e hospitais, incluindo o Hospital Salah Ghandour. As áreas agrícolas foram arrasadas, submetidas a armas incendiárias de fósforo branco, cujo uso é considerado crime de guerra.

O ataque de Israel ao Líbano martirizou uma família brasileira (uma mãe, sua filha de 11 anos e o pai) e deixou o filho hospitalizado. Além disso, brasileiros no Líbano estão com dificuldade de sair do país e libaneses no Brasil não conseguem contato com amigos e familiares no Líbano. O Itamaraty apenas declarou em nota solidariedade à família enlutada e afirmou prestar assistência via Embaixada em Beirute. O avanço de Israel sobre o Líbano, os ataques ao Irã e a manutenção do projeto genocida em Gaza que já martirizou 72.783 palestinos desde outubro de 2023, demonstra a completa anulação do direito internacional aos interesses imperialistas de Israel e EUA sobre os países árabes e persas

Enquanto trabalhadores marítimos e dos portos do Mediterrâneo vem travando uma luta contra as guerras interimperialistas e por melhores condições de trabalhos através de greves e piquetes, e países europeus tentam se afastar da guerra após fechamento do estreito de Ormuz, no Brasil o governo Lula-Alckmin se restringe a notas de solidariedade em redes sociais enquanto mantém suas relações comerciais e diplomáticas com Israel e envia Lula para eventos com Donald Trump em meio aos ataques no Líbano, Irã, Palestina e pressões militares e econômicas em países vizinhos como Cuba, Bolívia e Venezuela.

A inércia e complacência dos países capitalistas frente aos horrores da guerra mostram que é somente a organização revolucionária do proletariado em sua luta na construção do socialismo que destruirá o imperialismo. A luta pelo fim do projeto genocida e colonial de Israel é parte da luta internacional pela libertação de todos os povos oprimidos e contra o sistema capitalista que produz e retroalimenta essas barbáries.



Mapa mostra a região no sul do Líbano que está sob controle do Exército de Israel. Mapa: Forças de Defesa de Israel/Reuter/Reprodução

Internacional

EIPCO acontece em agosto, em Cuba, e reforça a solidariedade proletária

No centenário do nascimento de Fidel Castro, devemos aprofundar nossa solidariedade com Cuba socialista e defender o legado da Revolução Cubana, pela paz e contra a agressão imperialista.



Dia do Trabalhador em Havana, 2022. Foto: Joaquim Hernández/Xinhua/Reprodução

O 24º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO) acontecerá entre 7 e 9 de agosto de 2026, em Havana, na capital de Cuba, em meio às intensificações das agressões do imperialismo estadunidense contra o governo e o povo de Cuba, que buscam minar a soberania nacional e derrubar o governo socialista do país.

A divergência na leitura política entre os partidos comunistas e operários de todo o mundo sobre os conflitos interimperialistas tem apresentado desafios gritantes ao Movimento Comunista Internacional (MCI). Principalmente com a contrarrevolução na União Soviética, algumas organizações buscaram e ainda buscam diluir seu conteúdo de classe para posições pequeno-burguesas e até mesmo burguesas em seu programa, em sua leitura do imperialismo e até mesmo em suas questões organizativas; por outro lado, as organizações da classe trabalhadora se mantêm fiéis ao sentido revolucionário, marxista-leninista, e trabalham para a construção da revolução em seus países e no mundo todo.

Ao longo de décadas, o EIPCO é a iniciativa existente mais duradoura dentro do MCI, e é precisamente por isso que precisamos travar com convicção política e disciplina revolucionária as lutas ideológicas que se desenvolverão entre as organizações comunistas e operárias em todo o mundo. Entendemos que a linha que deve prevalecer é a da estratégia revolucionária na luta pelo socialismo e pelo comunismo, sem concessões a nenhuma burguesia, a nenhum Estado capitalista, a nenhuma força oportunista que defenda um "capitalismo humanizado".

Nesse sentido, realizar o EIPCO em Havana reafirma a necessidade do internacionalismo proletário como princípio inegociável na luta dos partidos comunistas pelo socialismo. No centenário do nascimento de Fidel Castro, devemos aprofundar nossa solidariedade com Cuba socialista e defender o legado da Revolução Cubana, pela paz e contra a agressão imperialista.

Desde os primeiros anos após a vitória da Revolução de 1959, o povo cubano tem sido submetido a um cruel bloqueio econômico imposto pelo imperialismo estadunidense. Trump afirmou repetidamente que, depois da Venezuela, Cuba é seu próximo alvo. As investidas do capital estadunidense demonstram a determinação do imperialismo em atacar a Revolução Cubana por todos os meios possíveis, uma revolução que demonstrou que os trabalhadores, por meio de sua luta, possuem o poder de superar a barbárie capitalista, sendo inspiração para a luta dos oprimidos e explorados em todo o mundo.

Enquanto reconhecemos os feitos extraordinários alcançados pela Revolução Cubana, devemos destacar também a luta da classe trabalhadora cubana, cujo empenho diário sustenta a chama revolucionária. Assim como a Revolução Cubana é um farol de esperança, devemos aspirar à vitória do proletariado brasileiro, unindo-nos na luta por um mundo livre da exploração humana.

O internacionalismo proletário não se reduz às lutas em solidariedade aos povos (ainda que elas tenham nelas elementos centrais), mas também exige tomar a luta dos trabalhadores no mundo todo em perspectiva, o que inclui intervir na formulação e na organização do movimento comunista em todos os países. Sob essa perspectiva, a realização do EIPCO em Cuba reforça o compromisso inegociável dos comunistas com a derrubada do capitalismo e com a construção do socialismo.

Internacional

EUA forja acusações contra Raúl Castro para justificar agressão militar contra Cuba

Porta-aviões estadunidense chega ao Caribe após Departamento de Justiça dos EUA denunciar Raul Castro por ter batido aviões que violaram o espaço aéreo de Cuba em 1966.



Ato em comemoração ao 65º aniversário da declaração do caráter socialista da Revolução Cubana, realizado em abril deste ano. Foto: Estanislao Santos/Reprodução

A situação de Cuba entrou em uma nova fase de tensão internacional nesta semana, após os Estados Unidos ampliarem sua ofensiva política, jurídica e militar contra a ilha socialista. A movimentação envolve desde a presença de um porta-aviões estadunidense no Caribe até a acusação formal contra Raúl Castro, General de Exército das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba, ex-presidente da ilha entre 2008 e 2018 e destacado dirigente do Partido Comunista de Cuba (PCC), preparando terreno para uma possível agressão militar direta e forjando justificativas para seu sequestro.

O Departamento de Justiça dos EUA anunciou a acusação criminal contra Raúl Castro, atualmente com 94 anos, relacionada ao episódio de 1996 em que aviões da organização contrarrevolucionária “Brothers to the Rescue” foram abatidos pela força aérea cubana por violarem o espaço aéreo da ilha. Washington acusa Castro - então Ministro da Defesa - de ordenar a operação. Os crimes imputados incluem uma suposta conspiração para matar cidadãos estadunidenses, destruição de aeronaves e homicídios e podem, segundo o código penal estadunidense, levar à pena de morte ou prisão perpétua.

O 1º Secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e Presidente da República, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, classificou o processo como uma “manobra política” destinada a justificar uma nova escalada contra o

país. “Esta é uma ação política, sem qualquer fundamento legal, que visa apenas reforçar o dossiê que fabricam para justificar a insensatez de uma agressão militar contra Cuba”, afirmou o dirigente do processo revolucionário cubano.

Nesse mesmo sentido, o Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, denunciou a acusação dos EUA como uma farsa sem legitimidade jurídica. “Trata-se de um ato que se baseia em mentiras e oculta verdades históricas devidamente documentadas sobre os eventos que levaram à queda, no espaço aéreo cubano e em legítima defesa, de duas aeronaves da organização terrorista Irmãos ao Resgate”, declarou Rodríguez.

Ao mesmo tempo, a Marinha dos EUA confirmou a entrada do grupo de ataque do porta-aviões USS Nimitz no Caribe - o mesmo porta-aviões que até alguns dias atrás estava no Brasil sob o pretexto de realizar “exercícios navais”, sob a autorização do Ministério da Defesa do governo Lula-Alckmin. A operação no Caribe inclui destróieres, aeronaves de combate e navios de apoio logístico. O Comando Sul dos EUA afirmou que a movimentação demonstra a “prontidão e capacidade operacional” na região, ou seja, estão preparados para uma agressão militar contra Cuba.

A acusação dos EUA contra Raúl Castro tenta criar uma aparência de legalidade para possíveis ações contra Cuba, assim como

ocorreu com Maduro, a partir de uma acusação de que o presidente venezuelano estaria envolvido no tráfico internacional de drogas. Embora Washington afirme que não há preparação para uma invasão direta, a combinação entre o cerco econômico, pressão diplomática, acusações criminais e presença militar lembra métodos historicamente utilizados pelos EUA em operações de mudança de regime, assim como a operação recente na Venezuela, que resultou no sequestro de seu presidente, Nicolás Maduro.

A crise ocorre em meio ao aprofundamento das dificuldades econômicas cubanas. Desde o início de 2026, os EUA intensificaram sanções e medidas para bloquear o fornecimento de petróleo à ilha, atingindo diretamente o abastecimento energético em Cuba. A escassez de combustível provocou e permanece provocando apagões, paralisação do transporte público e dificuldades no sistema de saúde e na produção de alimentos.

Um relatório do Centro de Pesquisa Econômica e Política (CEPR) indica que o endurecimento das sanções dos EUA contra Cuba representa a principal causa do aumento de 148% na mortalidade infantil do país, afetando cerca de 1.800 bebês.

Somado a isso, o bloqueio energético também ameaça o abastecimento de água e alimentos no país. Escolas e universidades chegaram a suspender suas atividades em diversas regiões da ilha devido

à crise elétrica. Episódios recentes contribuíram para elevar ainda mais a tensão bilateral. Em fevereiro, uma embarcação registrada nos EUA foi interceptada pela Marinha Revolucionária de Cuba após tentar realizar uma infiltração armada em território cubano.

A atual escalada recoloca o Caribe no centro das disputas geopolíticas continentais. As medidas contra Cuba representam mais um capítulo da história política de cerco econômico e intervenção do imperialismo estadunidense contra governos que desafiam seus interesses na região - e em todo o mundo, a exemplo do ocorrido no Irã.

Em meio à escalada de agressões políticas, econômicas e militares contra Cuba, cresce também a denúncia internacional contra os embargos impostos pelos Estados Unidos, que se constituem enquanto os responsáveis por aprofundar as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelo povo cubano.

Cuba e sua inabalável escolha socialista assumem a importância de ponto de referência e inspiração para os proletários, povos e todos aqueles que lutam pela libertação do jugo imperialista na América Latina e no mundo. É fundamental que os trabalhadores e trabalhadoras do mundo todo se solidarizem em defesa da Revolução Cubana e da denúncia do bloqueio imperialista e suas ameaças bélicas.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

